

GUY MOLLET E A PARCERIA COM ISRAEL

Quando Guy Mollet tomou posse como Presidente do Conselho da República Francesa, em princípios de 1956, os seus principais problemas, ao nível da política externa, prendiam-se com dois factores. Em primeiro lugar, angariar o apoio internacional que lhe permitisse encontrar uma solução para a questão da Argélia; em segundo lugar, dar um novo ímpeto ao aprofundamento da união política e económica da Europa, depois do fracasso da constituição da Comunidade Europeia de Defesa, em 1954.

A questão do Suez, apesar de estar directamente relacionada com a posição francesa no Norte de África, não estava nos planos deste governante francês. No entanto, esta crise internacional teve consequências de monta para a França, uma vez que contribuiu para o afastamento deste país em relação aos Estados Unidos da América (EUA), entrincheirou a IV República francesa na resistência à descolonização da Argélia e direccionou o esforço da política externa francesa para a constituição da Comunidade Económica Europeia e para a busca de um arsenal atómico independente do dos seus principais aliados (EUA e Reino Unido).

O governo da Frente Republicana liderado por Guy Mollet foi o governo de maior duração de toda a IV República francesa. Se, por um lado, como nos dizem Serge Bernstein e Pierre Milza, as «tentativas dinâmicas de renovação» levadas a cabo por Guy Mollet se prenderam com a construção europeia, o seu governo ficou penhorado pela Guerra da Argélia, que acabou por ser a sua «principal inquietação»¹. De

facto, podemos dizer que houve uma relação directa entre a guerra na Argélia e a crise do Suez, uma vez que o ditador egípcio Gamal Abdel Nasser era visto pelas autoridades francesas como «a principal fonte de apoio dos rebeldes argelinos»². Contudo, ainda antes da nacionalização do canal, Mollet levou à Assembleia Nacional francesa um conjunto de propostas que tinham como objectivo encontrar uma posição de força, por parte da França, que lhe permitisse alcançar um cessar-fogo com a Frente de Libertação Nacional (FLN) da Argélia, realizar eleições naquele território colonial francês e, de seguida, proceder a negociações que permitissem «pôr fim àquela guerra absurda»³.

A par disto, o Governo Mollet orientou a sua política externa, relativamente à questão argelina, em dois sentidos. Em primeiro lugar, procurou convencer os seus tradicionais aliados ocidentais, Reino Unido e EUA, do perigo da emergência do pan-arábismo, disseminado particularmente por Nasser a partir do Egipto. Se, por um lado, Mollet conseguiu persuadir o seu homólogo inglês, Anthony Eden, no sentido de compreender os perigos das posições de Nasser e de apoiar o Governo francês na sua luta na Argélia, o mesmo não conseguiu fazer em relação ao Governo dos EUA, que preferiu manter uma postura equidistante em relação às manobras das potências europeias na região. Em segundo lugar, o Governo francês procurou instigar os governos de Londres e Washington a reforçarem o seu apoio directo a Israel. Ao contrário dos seus parceiros, o Governo Mollet nunca escondeu uma «excepcional simpatia»⁴ por Israel, que buscava na República Francesa uma potên-

cia ocidental com quem pudesse estabelecer uma aliança estratégica⁵.

É tendo em conta esta panorâmica que se pode analisar a participação francesa durante toda a crise do Suez. Assim, quando Nasser anunciou, a 26 de Julho de 1956, a nacionalização do canal de Suez, a resposta da diplomacia francesa foi peremptória. A França não podia admitir aquela atitude despropositada e ameaçadora do líder egípcio que não só colocava em risco os interesses do mundo ocidental naquela região, como também podia pôr em causa o direito de existência do Estado israelita.

Uma das primeiras medidas tomadas por Guy Mollet nesse contexto foi convocar o embaixador dos EUA em Paris, Douglas Dillon. Segundo o embaixador norte-americano, Mollet estava «calmo mas num estado altamente emocional». O que mais «perturbava» o Presidente do Conselho francês era o nível de desunião que a situação havia provocado entre as três potências ocidentais. Os EUA não tinham percebido que, ao pôr completamente de lado a possibilidade do uso da força para resolver a questão, «todas as posições» do Ocidente no Médio Oriente e no Norte de África estavam em risco, uma vez que Nasser estava a agir «em conjunto» com a URSS. Desta forma, concluía o Presidente do Conselho francês, os EUA «não percebiam a gravidade da situação». Assim, não conseguiu deixar de transparecer o sentimento de que a França «estava a ser abandonada pelos Estados Unidos». Por fim, Mollet alertava o embaixador norte-americano para as semelhanças entre um hipotético pacto de Nasser com os líderes da URSS e o Pacto de Munique de 1938, comparando

o livro de Nasser, *A Filosofia da Revolução*, ao livro de Adolf Hitler, *Mein Kampf*⁶.

Esta conversa entre Mollet e o embaixador norte-americano em Paris era bastante ilustrativa da posição francesa em toda esta questão. O Governo francês era da opinião que uma acção militar na zona do canal «era inevitável»⁷. As razões para a intervenção militar francesa no Suez prendiam-se com duas situações: em primeiro lugar, a crença do Governo francês de que, ao eliminar Nasser, a França conseguiria alcançar uma posição de força na Argélia, permitindo-lhe negociar uma solução política. Em segundo lugar, a ideia de que seria através do apoio ao reforço do Estado hebreu que as potências ocidentais, em particular a França, poderiam aumentar e potenciar a sua influência no Médio Oriente.

No fundo, a nacionalização do canal de Suez foi vista pelo Governo francês como uma oportunidade única de promover um volte-face, favorável à França, naquela região. A diplomacia francesa percebera que os EUA procuravam assumir uma posição privilegiada na zona, partilhando apenas com o Reino Unido não só a sua influência, mas também um importante mercado de armas destinado aos países do Médio Oriente⁸. Depois, com o início da crise argelina e com Nasser a apoiar a FLN, como se podia comprovar, de entre várias maneiras, pela questão do Athos⁹, era necessário retirá-lo do poder. Contudo, devido à resistência dos EUA a uma resolução da crise por meios militares e, ao mesmo tempo, à indecisão do Governo Eden, constrangido por uma opinião pública e por uma oposição trabalhista que se opunham a uma intervenção militar, o governo de Mollet

procurou contar com o apoio do Governo de Israel para prosseguir com a sua política no Médio Oriente e no Magrebe. Aproveitando uma ligação que se vinha cimentando desde finais de 1955, a França e Israel encaixaram uma parceria que permitiu aos israelitas rearmar o seu depauperado exército, comparando-o com os dos seus países vizinhos, e aos franceses contar com mais um aliado para convencer o Governo britânico a iniciar uma operação militar para derrubar o governo de Nasser¹⁰.

É por esta razão que Israel foi convidado para o encontro em Sèvres, nas imediações de Paris, onde França, Reino Unido e aquele país do Médio Oriente combinaram os planos para a invasão do Egipto. Durante três dias, o Presidente do Conselho francês e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Christian Pineau, receberam o primeiro-ministro israelita, Ben Gurion, bem como o ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, Selwyn Lloyd, coadjuvado por Patrick Dean, subsecretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. Em Sèvres, o Governo francês procurou conjugar as posições dos três parceiros de modo a avançar com a operação militar. O mais difícil nesta reunião foi conseguir encontrar um acordo entre Israel e o Reino Unido. Se o Governo britânico aceitou entrar neste «conluio» foi porque viu na possibilidade de Israel agredir o Egipto uma boa justificação para explicar internamente as razões para a participação britânica nas operações do Suez. Porém, desde o primeiro momento Israel recusou ser considerado potência agressora, enquanto ingleses e franceses fariam o papel de pacificadores daquela região¹¹. No entanto,

o acordo foi alcançado, aceitando as três partes que Israel iniciaria o ataque à península do Sinai e que, seguidamente, a França e o Reino Unido fariam um ultimato a Israel e ao Egipto, exigindo o cessar-fogo. Caso uma das partes se recusasse (como, previsivelmente, o Egipto faria), as forças armadas franco-britânicas tomavam o canal de Suez para o proteger do conflito.

Como é sabido, os acontecimentos contrariaram os planos franceses. A ameaça nuclear soviética e a firme posição norte-americana de não entrar em confronto directo com a sua adversária levaram o Reino Unido a ceder, colocando a França numa posição de grande fragilidade.

O fracasso da operação militar no Suez teve duas consequências para a geoestratégia francesa nas décadas seguintes. A primeira, de curto/médio prazo, foi a parceria nuclear franco-israelita, acordada bilateralmente durante as negociações de Sèvres e concretizada ainda na IV República¹².

Porém, um segundo e mais importante impacto geoestratégico foi a aceleração, pela França, do aprofundamento da construção europeia. Coincidência ou não, Guy Mollet encontrava-se, em Paris, com o chanceler alemão, Konrad Adenauer, quando recebeu a comunicação do seu homólogo britânico, Anthony Eden, de que a Inglaterra teria aceite o cessar-fogo proposto pelos EUA. Mollet, ao informar o chanceler alemão desta situação, levou a que Adenauer proferisse uma frase que marcou o futuro da Europa e da cooperação franco-alemã por várias décadas: «Et maintenant, il faut faire l'Europe!»¹³

No rescaldo da crise do Suez, a França optou por escolher a Alemanha Federal

como seu parceiro privilegiado na construção europeia. O recuo inglês tinha demonstrado aos franceses que a Grã-Bretanha estava demasiado próxima dos EUA para ser um aliado forte na construção europeia. Por outro lado, a atitude dos Estados Unidos revelou à França que a garantia estratégica norte-americana não era incondicional. Se os EUA não enfrentaram a URSS pelos seus aliados, no Suez, tanto a França como a própria Alemanha começaram a reechar o que aconteceria numa outra situação semelhante. A evolução da construção europeia veio a fazer-se em dois sentidos: por um lado, a criação de um mercado comum, dotado de uma política agrícola e que previa o alargamento a África a curto prazo, permitindo assim à França participar na construção europeia mesmo mantendo os territórios coloniais. No fundo, é o concretizar da ideia da *Euroafrique*, partilhada por franceses e alemães, que irá durar até à descolo-

nização francesa. Por outro lado, a aceitação franco-alemã da construção de uma comunidade que aprofundasse a capacidade nuclear europeia¹⁴. Com esta atitude, ambos os países chegaram a um entendimento de que a sua parceria na Europa potenciava o seu papel no bloco ocidental, tornando-os mais fortes para negociar directamente com os EUA.

Em conclusão, se a questão do Suez pode ser entendida como o princípio do fim dos impérios europeus, ao nível global, também tem que ser vista como o momento decisivo na construção da Europa, na qual o eixo Paris – Bona desempenhou forte papel impulsionador¹⁵. Ao constatar que já não era uma grande potência internacional, a França viu na construção europeia a forma de potenciar, novamente, o seu papel internacional. E este talvez tenha sido o maior legado de Guy Mollet e do seu governo.

■ DANIEL MARCOS

NOTAS

¹ BERSTEIN, Serge, e MILZA, Pierre – *Histoire du XX^e Siècle*. Paris: Hatier, 1996, p. 319.

² WALL, Irwin – *France, the United States and the Algerian War*. Berkeley: University of California Press, 2001, p. 33.

³ BERSTEIN, Serge, MILZA, Pierre – *Histoire du XX^e Siècle*, p. 324.

⁴ WALL, Irwin – *France, the United States and the Algerian War*, p. 34

⁵ Conferir LEFEBVRE, Denis – *L’Affaire de Suez*. Paris: Bruno Leprince Éditeur, 1996, pp. 65-98; SHLAIM, Avi – «The Protocol of Sèvres, 1956: anatomy of a war plot». In *International Affairs*, 73, 3, 1997, pp. 509-530.

⁶ «Telegrama da Embaixada dos EUA em França» de 31 de Julho de 1956. FRUS – United States Department of State / Foreign relations of the United States, 1955-1957. Suez Crisis, July 26-December 31, 1956, vol. XVI, 1955-1957, pp. 74-77. Disponível em digicoll.library.wisc.edu/cgi-bin/FRUS.

⁷ «Memorando de conversação entre o embaixador dos EUA em Paris e o ministro dos Negócios Estrangeiros Pineau» de 20 de Agosto de 1956. FRUS – United States Department of State / *Foreign relations of the United States, 1955-1957. Suez Crisis, July 26 – December 31, 1956. Volume XVI. 1955-1957*, p. 248. Disponível em digicoll.library.wisc.edu/cgi-bin/FRUS.

⁸ THOMAS, Abel – *Comment Israël fut Sauvée. Les Secrets de l’Expéditions de Suez*. Paris: Albin Michel, 1978, pp. 19-31.

⁹ O *Athos* foi um navio aprisionado pelas autoridades francesas próximo da costa argelina. O navio tinha partido de Alexandria e transportava um carregamento de material de guerra proveniente do Egipto para o movimento revolucionário argelino. Conferir LEFEBVRE, Denis – *L’Affaire de Suez*, p. 75.

¹⁰ THOMAS, Abel – *Comment Israël fut Sauvée. Les Secrets de l’Expéditions de Suez*, SHLAIM, Avi, pp. 511-514. Segundo George Elgey, a aproximação entre França e

Israel não se prendia meramente com uma questão de geoestratégia na Guerra Fria. Entre os dois governos existiam também laços de solidariedade por ambos serem socialistas. Citado por LEFEBVRE, Denis – *L’Affaire de Suez*, p. 77.

¹¹ SHLAIM, Avi – «The Protocol of Sèvres, 1956: anatomy of a war plot», p. 509.

¹² *Ibidem*, pp. 523-524.

¹³ Citado por LEFEBVRE, Denis – *L’Affaire de Suez*, p. 147.

¹⁴ SOUTOU, Georges-Henry – *L’Alliance Incertaine. Les Rapports Politico-stratégiques Franco-Allemands, 1954-1996*. Paris: Fayard, 1996, pp. 58-123.

¹⁵ KISSINGER, Henry – *Diplomacy*. Nova York: 1996, pp. 546-547.